

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.145 - SP (2019/0354595-3)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : ANTONIO CESAR PORTELA E OUTRO
ADVOGADOS : ANTONIO CESAR PORTELA - PR070618
ANDRESSA BARANOSKI MELLO - PR090046
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCELO MOREIRA PRADO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de MARCELO MOREIRA PRADO, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado São Paulo que não conheceu do HC n. 2215324-51.2019.8.26.0000.

Extraí-se dos autos que o Juízo da execução determinou a realização de exame criminológico antes da análise do pedido de progressão ao regime semiaberto formulado em favor do apenado.

Irresignada, a defesa impetrou prévio writ perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado, *in verbis* (fl. 15);

Habeas corpus com pedido liminar - Decisão que determinou a realização do exame criminológico no sentenciado para a análise de pedido de progressão de regime - Alegação de excesso de cumprimento indevido no regime semiaberto, o que impede o paciente de usufruir de regime prisional mais brando - Via eleita inapropriada para se apreciar a irresignação em sede de execução penal - Matéria de execução que deve ser analisada por meio de recurso próprio - Situação que comporta Agravo em Execução nos termos da Lei 7.210/84 - Não conhecimento.

No presente *mandamus*, a parte impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal ao argumento de que o reeducando, desde 27/05/2019, preencheu todos os requisitos legais exigidos pelo art. 112, da Lei n. 7.210/84, para obter a progressão ao regime mais brando, razões pelas quais defende a ilegalidade da exigência de avaliação criminológica para a tais finalidades.

Aponta a existência de excesso de prazo para a feitura do aludido exame,

Superior Tribunal de Justiça

bem como aduz que o "*paciente, que se encontra encarcerado há mais de 16 meses, já cumpriu há muito tempo o lapso para a progressão de regime, sendo que o douto Juízo de Execução Criminal determinou a realização de um exame criminológico, SEM NECESSIDADE, determinando prazo de 60 dias, que há muito se escoou*" (fl. 8).

Requer, em liminar e no mérito, seja concedida a progressão de regime prisional ou que seja determinada "*a realização do exame criminológico no prazo máximo de 30 dias, sob pena de o Juízo de Execuções Criminais decidir acerca da progressão de regime para o semiaberto com ou sem o exame criminológico*" (fl. 26).

É o relatório.

Decido.

Não há como dar seguimento ao pedido.

Por se tratar de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, verifica-se da leitura do aresto recorrido (fls. 113/118) que a Corte Estadual não analisou a questão relativa à necessidade de realização de exame criminológico ou do excesso de prazo na sua produção. Limitou-se o Tribunal de origem, no julgamento da impetração manejada pela defesa em apontar que o pedido não era passível de conhecimento na via do remédio heroico, devendo ser deduzido em recurso específico.

Dessa forma, não tendo o tema sido examinado no Tribunal a quo, este Tribunal Superior fica impedido de pronunciar-se sobre o tema, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância.

Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO ARMADO. VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO. CÁRCERE PRIVADO. INDEFERIMENTO DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. INDICAÇÃO NECESSÁRIA. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NO MAIS, NÃO PROVIDO.

1. As questões atinentes à progressão de regime e, por

Superior Tribunal de Justiça

consequente, à concessão de prisão domiciliar pela ausência de vagas em estabelecimento compatível não foram apreciadas pelo Tribunal estadual, de modo que sua análise nesta oportunidade configura indevida supressão de instância, a obstar seu conhecimento.

2. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas -, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

3. O Juiz de primeira instância apontou a presença dos vetores contidos no art. 312 do CPP, indicando motivação suficiente para decretar a prisão preventiva, ao salientar "a gravidade concreta de suas condutas, pois trata-se de crime de associação para o tráfico armado, violação de domicílio e cárcere privado".

4. Recurso parcialmente conhecido e, no mais, não provido. (RHC 109.010/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 11/11/2019)

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. CORRUPÇÃO DE MENORES. RECORRENTE CONDENADO À PENA DE 7 ANOS E 4 MESES DE RECLUSÃO EM REGIME FECHADO. NEGADO O DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA NA SENTENÇA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. QUANTIDADE DE DROGAS. REITERAÇÃO DELITIVA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

(...)

III - O pleito da Defesa acerca da possibilidade de progressão de regime não foi discutido no v. acórdão, assim a análise desta Corte Superior fica prejudicada, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância.

IV - Condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, garantirem ao recorrente a revogação da prisão preventiva se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, o que ocorre na hipótese.

Recurso ordinário desprovido. (RHC 116.730/PI, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR

Superior Tribunal de Justiça

CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJe 22/10/2019)

Ante todo o exposto, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

